

Pesquisa da USCS discute o fazer pedagógico no cotidiano da escola com crianças sob tutela do Estado

Estudo foi realizado com docentes que atuam ou atuaram com crianças em situação de acolhimento institucional na Região do Grande ABC Paulista

(São Caetano do Sul - SP) – Compreender como vem sendo construído o fazer pedagógico no cotidiano da escola com crianças sob tutela do Estado, segundo a percepção de seus professores e professoras, foi o objetivo da pesquisa de Mariana de Almeida de Moura, aluna do Mestrado Profissional em Docência e Gestão Educacional da USCS. A pedagoga analisou relatórios e levantamentos acerca dos dados nacionais e municipais que caracterizam a institucionalização infantil e sua estruturação, bem como realizou entrevistas semiestruturadas com seis docentes que atuam ou atuaram com crianças em situação de acolhimento institucional na Região do Grande ABC.

Mariana conta que na sua vida profissional, com essas crianças, viveu momentos nos quais as bases teóricas, legais e pedagógicas não foram suficientes para efetivar uma prática equitativa e humanizadora. “Foi preciso envolver-me além do costumeiro, olhá-las com atenção, para que, por meio do vínculo e da troca mútua, construíssemos, juntas e juntos, situações em que as carências, em todos os âmbitos, fossem amainadas”. A pesquisadora acredita que pensar a situação da criança em situação de institucionalização é reconhecê-la como uma das mais oprimidas entre os(as) oprimidos(as). “A marginalização e a carência de diálogos sobre esse tema comprovam o processo de segregação ao qual estamos subjugados(as) em alguma medida”, pontua.

A pesquisa de Mariana partiu da seguinte pergunta orientadora: como professoras e professores de escolas municipais na Região do Grande ABC Paulista vêm desenvolvendo seu trabalho com as crianças em situação de acolhimento institucional? A pesquisadora explica que os sujeitos inicialmente pensados para a pesquisa incluíam educadores(as) e as próprias crianças em situação de acolhimento institucional, portadoras de história, uma vez que reconhecia a importância em propiciar uma escuta efetiva de suas vozes. “A delimitação apenas do corpo docente se deu em virtude da negação da Vara da Infância da Comarca de Santo André, diante da solicitação de anuência enviada. O pedido foi indeferido por meio de Determinação Judicial, apresentando, como justificativa, a pandemia de covid-19”, lamenta a pedagoga.

Entre os dados extraídos das entrevistas com os docentes, Mariana avalia que, na percepção deles, as crianças acolhidas foram caracterizadas como sujeitos de falta, carentes, violentos, apáticos. “Não se atribuem características positivas a esses(as) meninos e meninas, e, nas duas vezes em que isso ocorreu, foi acompanhado de certa desqualificação, por exemplo, a inteligência atribuída à criança acolhida, somente como ‘esperteza de vida’, retirando-lhes a pureza da infância atribuída às demais”.

Diante dos achados da pesquisa, foi elaborada uma proposta de formação para docentes e gestores(as). “O objetivo é permitir que esses(as) profissionais conheçam as especificidades das crianças em situação de acolhimento institucional, dialogando sobre a necessidade premente de rever os currículos escolares,

escutar e olhar a criança acolhida. Nesse sentido, a escola é ambiente de possibilidades emancipadoras e combatente a toda tentativa de reducionismo e segregação”, explica Mariana.

Segundo a orientadora da pesquisa e professora da USCS, Profa. Dra. Marta Regina Paulo da Silva, o trabalho de Mariana configura-se em importante contribuição para a área da educação, dada a sua relevância social, política e acadêmica. “Poucas são as pesquisas nessa área que investigam as crianças em situação de acolhimento institucional no ambiente escolar. Como discute Mariana, elas são invisibilizadas. Assim, no intuito de conhecer quem são essas crianças, lança mão de um olhar pelo viés interseccional, que revela serem elas pobres, em sua grande maioria pardas ou negras, com vivências, muitas vezes, de negligência, abandono, violências físicas e sexuais. Corpos infantis vitimizados os quais as instituições educacionais têm muita dificuldade em acolher. Com uma escuta atenta aos professores e professoras participantes da pesquisa, Mariana pontua suas reivindicações por formações em que possam discutir o trabalho pedagógico com essas crianças e demonstra como, apesar de todos os limites, os(as) docentes têm procurado construir contextos que possibilitem vivências mais humanizadoras e amorosas”, avalia.

A íntegra da dissertação de Mariana de Almeida de Moura pode ser conferida no link:

<https://uscs.edu.br/pos-stricto-sensu/arquivo/706>.

O programa de Mestrado Profissional em Docência e Gestão Educacional da USCS tem como objetivo geral a qualificação de docentes e gestores para uma atuação profissional ética e transformadora de processos aplicados, no âmbito da Educação Básica, realizada por meio da integração do conhecimento teórico com o prático. Desta maneira, procura contribuir com a criação de práticas educativas reflexivas que colaborem numa atuação mais qualificada na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Média. Mais informações: <https://uscs.edu.br/pos-stricto-sensu/ppge/mestrado-profissional-em-educacao>.

Mais informações à imprensa:

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

E-mail: imprensa@online.uscs.edu.br

1/11/2022